

## **Ação RenaScer: práticas de inovação social e responsabilidade social corporativa**

Suzete Antonieta Lizote  
Universidade do Vale do Itajaí – UNIVALI  
[lizote|@univali.br](mailto:lizote|@univali.br)

Fábio Miguel Junges  
Universidade do Vale do Itajaí – UNIVALI  
[fabio.junges@hotmail.com](mailto:fabio.junges@hotmail.com)

### **Resumo**

A Ação RenaScer surgiu como resposta imediata à maior tragédia climática do Brasil em 2024, quando enchentes devastaram o Rio Grande do Sul. Idealizada pelas empresas de tecnologia SOU.cloud e TEEVO, a iniciativa privada e voluntária mobilizou R\$ 812 mil em recursos financeiros e doações de produtos, beneficiando mais de 260 famílias, com 61 contempladas integralmente. O projeto atuou em três eixos centrais: moradia, trabalho e educação, buscando restaurar dignidade, reabilitar atividades profissionais de autônomos e apoiar o retorno escolar de crianças e adolescentes. O diagnóstico apontou a necessidade de ir além do assistencialismo, priorizando critérios de habitabilidade, capacidade de retomada econômica e protagonismo das famílias. A solução consistiu em um modelo inovador de contemplação humanizada, que valorizou a autonomia de escolha e promoveu impacto socioeconômico direto. As contribuições da Ação RenaScer incluem a criação de processos transparentes, mobilização de voluntários, fortalecimento da economia local e a inspiração para futuras práticas de responsabilidade social corporativa.

**Palavras-chave:** Inovação Social; Responsabilidade social; Empreendedorismo Social

## 1. Introdução

As enchentes que assolaram o Rio Grande do Sul em 2024 expuseram, de maneira contundente, a fragilidade das comunidades diante de desastres climáticos e socioambientais de grande magnitude. Além das perdas materiais, o evento trouxe graves consequências sociais, econômicas e psicológicas, deixando muitas famílias sem moradia, sem trabalho e sem perspectivas de reconstrução imediata. Autores como Monitchele (2024) lembram que as enchentes não são novidade no RS, mas um fenômeno recorrente desde 1941, o que evidencia a persistente falta de planejamento urbano e de investimentos em infraestrutura verde para mitigar os impactos das cheias. Esse contexto dramático, ao mesmo tempo que escancarou vulnerabilidades, também revelou uma oportunidade concreta para a aplicação de práticas de inovação social e de empreendedorismo social, capazes de responder a problemas complexos com soluções criativas, sustentáveis e coletivas.

Segundo Madureira e Candiani (2025), o enfrentamento das enchentes em Porto Alegre e região metropolitana exige repensar a infraestrutura urbana sob uma lógica de sustentabilidade, o que coloca em debate o papel de ações emergenciais, como a Ação RenaScer, mas também a necessidade de articulação com políticas públicas de longo prazo.

A literatura evidencia que a inovação, quando associada à diversidade e à capacidade de articulação em rede, fortalece não apenas o valor das organizações, mas também sua legitimidade social (Oliveira & Jucá, 2025). Ao integrar diferentes perspectivas, competências e recursos, projetos de impacto social conseguem gerar respostas mais efetivas e resilientes em contextos de crise. No caso da Ação RenaScer, a mobilização de empresas de tecnologia, voluntários e parceiros demonstra como a diversidade de atores sociais potencializa a capacidade de transformação e amplia os efeitos do impacto gerado.

Do mesmo modo, estudos sobre negócios de impacto socioambiental em territórios periféricos apontam que a conexão com o espaço local é fundamental para que iniciativas sociais alcancem legitimidade, escalabilidade e relevância (Barros, Formicki, & Czarnotta, 2024). A Ação RenaScer, ao priorizar famílias autônomas e empreendedores locais, reafirmou a importância de respeitar e fortalecer os territórios onde os afetados vivem e trabalham, contribuindo para a revitalização da economia de base comunitária e para o fortalecimento de redes sociais locais. Outro ponto fundamental é o impacto humano das iniciativas sociais. Pesquisas mostram que o apoio social funciona como mediador relevante na relação entre estilos de liderança e o bem-estar profissional (Voitenko, Zazymko, Myronets, & Hutsol, 2024). Esse achado se conecta diretamente com a proposta da Ação RenaScer, que adotou um modelo de contemplação humanizada. Ao valorizar a escuta ativa, a autonomia de escolha e o acolhimento emocional das famílias, a ação não apenas forneceu bens materiais, mas também restaurou a autoestima, o sentido de dignidade e a esperança dos beneficiados, promovendo impactos psicossociais duradouros.

Nesse cenário, a Ação RenaScer se apresenta como um exemplo concreto de integração entre teoria e prática, ao articular inovação social, empreendedorismo comunitário e solidariedade em resposta a um desastre socioambiental. O presente artigo tem como objetivo relatar a experiência da Ação RenaScer como uma prática inovadora de resposta às enchentes no Rio Grande do Sul em 2024, destacando seu contexto de origem, diagnóstico das necessidades, proposta de solução e resultados alcançados, de modo a evidenciar sua relevância como iniciativa de inovação social e empreendedorismo comunitário capaz de promover impacto

socioambiental positivo, fortalecimento territorial e bem-estar humano em situações de desastre.

## **2. Contexto do problema**

O desastre natural que atingiu o Rio Grande do Sul em 2024 representou não apenas uma crise humanitária, mas também um marco para a reflexão sobre a capacidade de resposta da sociedade a eventos de grande magnitude. Santosa, Lebiodab e Serafim (2021) destacam que, em contextos de caos, gestores públicos enfrentam dilemas éticos e morais complexos, uma vez que decisões precisam ser tomadas com informações incompletas e sob forte pressão social. Esse aspecto também esteve presente nas respostas às enchentes, quando a burocracia e a limitação de recursos públicos comprometeram a efetividade da ajuda emergencial. As enchentes devastaram comunidades inteiras, afetando especialmente famílias de baixa renda e trabalhadores autônomos, cuja subsistência dependia de atividades locais de pequeno porte. Além das perdas materiais imediatas, residências, móveis, utensílios e instrumentos de trabalho, a tragédia impactou a economia regional, interrompeu cadeias produtivas e fragilizou a estrutura social de municípios já marcados por desigualdades históricas.

O ambiente externo foi caracterizado por um cenário de colapso socioeconômico e institucional. Embora o setor público tenha atuado na coordenação de abrigos e na mobilização de recursos emergenciais, sua resposta mostrou-se limitada frente à dimensão da tragédia, marcada por burocracias, insuficiência de recursos e dificuldades logísticas. Esse vácuo de atuação estatal, já denunciado em análises sobre o histórico de enchentes no RS (Monitchele, 2024), evidenciou a necessidade de novas formas de engajamento, como a iniciativa privada e a sociedade civil organizada. Nesse sentido, Romão, Siqueira, Camara e Paiva (2023) argumentam que a Responsabilidade Social Corporativa deve ser compreendida como um instrumento que articula legitimidade organizacional e compromissos sociais, permitindo que empresas assumam papel protagonista em contextos no qual o Estado se mostra insuficiente.

No ambiente interno da iniciativa, destaca-se o protagonismo das empresas de tecnologia SOU.cloud e TEEVO, que, a partir de seus valores organizacionais de inovação, colaboração e responsabilidade social, mobilizaram seus recursos humanos e tecnológicos para estruturar a Ação RenaScer. A experiência prévia dessas empresas em gestão de projetos, tecnologia da informação e comunicação digital possibilitou a criação de processos transparentes e eficientes, desde a inscrição e triagem das famílias até a prestação de contas das doações. A cultura organizacional voltada à inovação foi determinante para que a ação fosse implementada em tempo hábil, com metodologias claras e gestão baseada em dados.

Do ponto de vista histórico e setorial, observa-se que as empresas de base tecnológica vêm ampliando seu papel no campo da responsabilidade social corporativa e no apoio a iniciativas de impacto socioambiental. Esse movimento reflete tendências globais que associam inovação e diversidade ao fortalecimento do valor organizacional e da legitimidade social (Oliveira & Jucá, 2025). Além disso, estudos ressaltam que a inserção territorial e o diálogo com comunidades locais são elementos centrais para que negócios de impacto socioambiental consigam gerar transformação efetiva (Barros, Formicki, & Czarnotta, 2024).

Nesse contexto, a Ação RenaScer surgiu como uma oportunidade de alinhar teoria e prática: aplicando princípios de inovação social, empreendedorismo social, responsabilidade social corporativa e apoio humanizado. Estruturada como uma iniciativa 100% privada, voluntária e sem fins lucrativos, a ação buscou responder às necessidades imediatas em três dimensões

consideradas fundamentais para a reconstrução da vida: moradia, trabalho e educação. Ao fazê-lo, não apenas ofereceu respostas emergenciais, mas também construiu um modelo replicável de cooperação entre setor privado e sociedade civil, fortalecendo laços comunitários e inspirando práticas de responsabilidade corporativa.

### **3. Diagnóstico do problema**

A tragédia climática de 2024 no Rio Grande do Sul revelou um conjunto de problemas estruturais que, embora latentes, foram intensificados pelas enchentes. As causas efetivas desses problemas podem ser agrupadas em três dimensões interdependentes: socioeconômica, institucional e comunitária.

Na dimensão socioeconômica, identificou-se que grande parte das famílias afetadas era composta por trabalhadores autônomos e pequenos empreendedores informais, altamente dependentes de ferramentas e insumos para garantir sua subsistência. A perda de tais instrumentos representou não apenas a interrupção temporária da geração de renda, mas também a ampliação da vulnerabilidade econômica, levando ao risco de dependência prolongada de auxílios emergenciais. Esse cenário revelou a necessidade de políticas e iniciativas que não apenas supram carências imediatas, mas também viabilizem a retomada da atividade produtiva com base no fortalecimento da autonomia.

Na dimensão institucional, a resposta pública, ainda que mobilizada, mostrou-se insuficiente diante da magnitude da tragédia. A ausência de mecanismos ágeis de apoio individualizado às famílias gerou um vácuo de atendimento personalizado. Esse fator abriu uma oportunidade para que organizações privadas aplicassem metodologias inovadoras de gestão e articulação comunitária com práticas de responsabilidade social corporativa, capazes de responder com mais rapidez, flexibilidade e efetividade.

Na dimensão comunitária, constatou-se que a perda de lares e o deslocamento forçado impactaram também os vínculos sociais e afetivos, minando a resiliência coletiva. Essa ruptura social intensificou sentimento de insegurança e desesperança, apontando para a importância de soluções que combinassem apoio material, reestruturação territorial e fortalecimento do bem-estar psicossocial (Voitenko, et al., 2024).

Esses elementos, quando analisados em conjunto, revelam tanto os problemas centrais quanto as condições objetivas de oportunidades para a atuação empresarial inovadora. De um lado, o problema está enraizado na vulnerabilidade econômica e social de grupos com baixa capacidade de absorver choques ambientais. De outro, a oportunidade reside na aplicação de princípios de inovação social e empreendedorismo social, articulando recursos privados, gestão eficiente e soluções co-construídas com as famílias atendidas. Estudos reforçam que práticas de governança corporativa bem estruturadas ampliam a sustentabilidade de pequenas e médias empresas, ao alinhar desempenho financeiro e compromisso social (Hakimah, Pratama, Fitri, Ganatri, & Sulbahri 2019; Moura; Maciel, Ramos & Santos 2025). Esse alinhamento entre governança e impacto socioambiental foi essencial para a credibilidade e eficácia da Ação RenaScer.

No caso da Ação RenaScer, o diagnóstico orientou a escolha de três eixos estratégicos: moradia, trabalho e educação, que, além de atenderem às necessidades básicas, foram pensados como produtos e serviços sociais capazes de gerar valor tangível e intangível para as comunidades. Ao oferecer mobiliário, utensílios e eletrodomésticos, o projeto promoveu a restauração de condições mínimas de habitação. Ao disponibilizar ferramentas e equipamentos de trabalho, fomentou a retomada da atividade econômica local, estimulando o empreendedorismo de base

comunitária (Barros, Formicki, & Czarnotta, 2024). Ao apoiar a educação com materiais escolares, assegurou às crianças o direito de retornar às aulas com dignidade, condição essencial para o desenvolvimento humano e para o futuro socioeconômico da região.

Portanto, o diagnóstico confirmou que as causas efetivas do problema transcendem o desastre natural em si, estando relacionadas à vulnerabilidade estrutural das famílias e às limitações institucionais de resposta. Paralelamente, evidenciou a oportunidade de atuação empresarial inovadora, onde a soma de recursos privados, tecnologia e compromisso social pôde ser convertida em valor compartilhado (Oliveira & Jucá, 2025), promovendo impacto social mensurável e contribuindo para a reconstrução sustentável das comunidades atingidas.

#### **4. Proposta da solução do problema**

Diante do diagnóstico que revelou tanto as causas estruturais da vulnerabilidade das famílias afetadas quanto as oportunidades para uma resposta inovadora, a Ação RenaScer foi concebida como uma solução social híbrida, combinando mobilização comunitária, recursos privados e gestão empresarial eficiente. A proposta consistiu em desenvolver um modelo de intervenção que transcendesse o assistencialismo pontual e promovesse condições reais de reconstrução da vida em três eixos centrais: moradia, trabalho e educação.

A literatura sobre inovação social (Mulgan, 2006; Ferraro, Etzion & Gehman, 2015; Wijk, van Dolen & Kolk, 2019) aponta que soluções eficazes emergem quando diferentes atores colaboram para criar respostas novas a problemas complexos, gerando valor social sustentável. Inspirada por esse princípio, a Ação RenaScer estruturou seus processos com base em escuta ativa, autonomia de escolha e transparência, permitindo que as próprias famílias tivessem protagonismo nas decisões sobre como aplicar os recursos recebidos. Essa abordagem rompeu com a lógica de imposição de doações padronizadas e buscou legitimar a dignidade e a agência dos beneficiários.

No campo do empreendedorismo social, diversos autores destacam seu papel como catalisador de mudanças e inovação. Austin, Stevenson e Wei-Skillern, (2012); Oliveira e Godói-De-Sousa (2015), Zhang van Donk e Pullman (2024) ressaltam que o empreendedorismo social emergiu como um ponto focal tanto para a capacidade inovadora das organizações privadas e dos mercados quanto para a solução de problemas sociais e econômicos locais. Sua essência, segundo esses estudos, está em identificar oportunidades onde a maioria enxerga apenas obstáculos, transformando a escassez em motor de inovação e em geração de impacto social positivo. A Ação RenaScer traduziu esse conceito em prática ao priorizar famílias com perfil empreendedor ou autônomo, cuja retomada da atividade produtiva representaria não apenas benefício individual, mas também estímulo à recuperação econômica local. Assim, ao fornecer ferramentas, equipamentos e insumos, o projeto fomentou microempreendimentos de base comunitária, fortalecendo o tecido socioeconômico das regiões atingidas (Barros, Formicki, & Czarnotta, 2024).

Outro diferencial da proposta foi a ênfase no impacto socioambiental. Além da restauração de condições mínimas de moradia, o projeto buscou reconstituir o capital social das comunidades, por meio de visitas domiciliares, acompanhamento próximo e apoio psicossocial. Pesquisas evidenciam que o apoio social é mediador fundamental entre estilos de liderança e o bem-estar (Voitenko, et al., 2024). Alinhada a esse achado, a Ação RenaScer adotou práticas de

contemplação humanizada, nas quais voluntários acompanhavam as famílias em todo o processo de compra e restabelecimento de suas rotinas.

Do ponto de vista operacional, a solução foi detalhada em processos claros: inscrição *online* com coleta de informações padronizadas; triagem por equipes técnicas e sociais; avaliação colegiada por um comitê multidisciplinar; visitas presenciais para compreender a singularidade de cada família; e, finalmente, contemplação com autonomia de escolha e prestação de contas documentada. Essa sistemática garantiu transparência, legitimidade e eficiência, atributos fundamentais para a credibilidade da iniciativa.

Portanto, a experiência da Ação RenaScer deve ser compreendida como uma contribuição emergencial e transformadora, mas também como um alerta para a urgência de integrar ações privadas e comunitárias com políticas públicas sustentáveis de longo prazo. Ao articular gestão privada, impacto social mensurável e protagonismo comunitário, a iniciativa demonstrou que soluções criativas podem não apenas mitigar efeitos de desastres, mas também construir oportunidades de desenvolvimento sustentável e fortalecimento da resiliência coletiva.

## **5. Plano de ações da mudança**

A execução da Ação RenaScer foi planejada como um projeto social estruturado, orientado por princípios de governança, transparência e impacto mensurável. O plano de mudança foi delineado em etapas sequenciais e integradas, garantindo coerência entre diagnóstico, solução proposta e resultados esperados.

### **5.1 Ações necessárias e etapas de implantação**

O plano foi composto por sete etapas centrais, cada uma delas com objetivos, responsáveis e entregas definidas:

- a) mobilização inicial de recursos: as empresas idealizadoras (SOU.cloud e TEEVO) realizaram um aporte financeiro inicial de R\$ 50 mil e comprometeram-se a dobrar o valor arrecadado nas fases subsequentes até um teto de R\$ 100 mil, garantindo capital de giro para as primeiras ações.
- b) definição de governança: constituição de um comitê executivo responsável pela coordenação geral do projeto, composto por representantes das empresas idealizadoras e apoiado por voluntários especialistas em gestão, comunicação e finanças.
- c) inscrição das famílias: divulgação ampla em redes sociais e canais oficiais, com cadastro online estruturado para coleta de dados socioeconômicos e habitacionais.
- d) triagem e seleção: equipes de voluntários conduziram entrevistas, visitas domiciliares e pareceres técnicos, posteriormente validados por um comitê de aprovação colegiada.
- e) contemplação humanizada: famílias aprovadas foram acompanhadas por voluntários em visitas e compras, assegurando autonomia de escolha em três eixos: moradia, trabalho e educação.
- f) financeira e auditoria: criação de um comitê financeiro responsável por controlar entradas, saídas e conciliação bancária. A parceria voluntária com a Baker Tilly assegurou auditoria independente, garantindo legitimidade.
- g) encerramento e evento final: realização do Evento RenaScer, um jantar beneficente com stakeholders, arrecadando R\$ 46.600,00 líquidos, reinvestidos integralmente em novas contemplações.

### **5.2 Liderança e participação**

O projeto foi liderado pelas empresas SOU.cloud e TEEVO, que assumiram o papel de catalisadoras de recursos e provedores de infraestrutura organizacional. A liderança estratégica

foi compartilhada com o comitê executivo, que se responsabilizou pelas diretrizes e pela articulação entre os núcleos de voluntários.

A participação foi descentralizada em núcleos temáticos:

- a) seleção de famílias (triagem técnica e social);
- b) comitê de aprovação (avaliação colegiada);
- c) contemplação (acompanhamento das famílias);
- d) comunicação (*marketing*, divulgação e relacionamento);
- e) finanças (gestão de recursos e auditoria);
- f) apoio pontual (mutirões, logística, eventos).

Esse modelo refletiu a literatura sobre gestão participativa de projetos sociais (Austin et al., 2012), que recomenda a distribuição de responsabilidades de acordo com competências técnicas e engajamento comunitário.

### **5.3 Prazos e locais de execução**

O plano de ações foi desenvolvido entre maio de 2024 e março de 2025, período de dez meses, estruturado em fases:

- a) Fase 1 (maio–junho/2024): mobilização inicial de recursos, inscrição das famílias e definição de critérios.
- b) Fase 2 (julho–outubro/2024): triagem, entrevistas, visitas e primeiras contemplações.
- c) Fase 3 (novembro/2024–fevereiro/2025): ampliação das contemplações, fortalecimento das redes de apoio e auditoria dos processos.
- d) Fase 4 (março/2025): evento final de encerramento e prestação de contas.

As atividades foram desenvolvidas em 11 municípios da região metropolitana de Porto Alegre, incluindo Canoas, São Leopoldo, Eldorado do Sul e Porto Alegre, o que reforça o alcance territorial e o impacto comunitário do projeto.

### **5.4 Custos e financiamento**

O orçamento total mobilizado foi de aproximadamente R\$ 812 mil, distribuídos entre recursos financeiros arrecadados (R\$ 630 mil) e doações em produtos e serviços (R\$ 182 mil). Os custos foram destinados prioritariamente às famílias (aquisição de bens, ferramentas e materiais escolares), representando cerca de 90% do total, enquanto os 10% restantes foram aplicados em despesas operacionais, eventos e logística.

O modelo de financiamento foi inovador, pois combinou:

- a) Doações corporativas (mantenedores e parceiros comerciais);
- b) Doações individuais (apoiadores e padrinhos de famílias);
- c) Eventos beneficentes (leilões e jantares solidários);
- d) Doações em produtos e serviços (parceiros e fornecedores locais).

Conforme Lima et al. (2023), políticas de gestão de pessoas e práticas de responsabilidade social corporativa precisam estar integradas para potencializar o engajamento dos colaboradores e a reputação organizacional, como ocorreu na mobilização de voluntários do projeto. Ademais, Bozzolan, Fabrizi, Mallin, e Michelon (2015) já destacavam que a responsabilidade social pode reduzir práticas oportunistas, como o gerenciamento de resultados, reforçando a transparência — princípio norteador da governança adotada na Ação RenaScer. Esse arranjo reforça a noção de valor compartilhado (Oliveira & Jucá, 2025), uma vez que empresas parceiras obtiveram

reconhecimento social e fortaleceram sua reputação ao mesmo tempo em que contribuíram para a transformação das comunidades.

Assim, o plano de ações da mudança da Ação RenaScer foi estruturado como um projeto social de caráter inovador e replicável, ancorado em gestão profissional, governança participativa e impacto mensurável, garantindo que cada recurso mobilizado se convertesse em transformação social e fortalecimento da resiliência comunitária.

## **6. Conclusões e contribuições**

A Ação RenaScer demonstrou, na prática, que é possível transformar uma tragédia socioambiental em oportunidade de reconstrução social por meio da articulação entre inovação, solidariedade e gestão estratégica. Ainda assim, o caso ressalta que tais iniciativas, embora inovadoras, não substituem a necessidade de políticas públicas estruturais. Conforme Madureira e Candiani (2025), apenas o fortalecimento de infraestruturas verdes e de estratégias de planejamento urbano poderá reduzir a recorrência dos desastres. Da mesma forma, Santosa et al. (2021) lembram que decisões em meio ao caos demandam um equilíbrio ético que o setor privado, por sua flexibilidade, pode suprir parcialmente, mas que requer articulação com o poder público. As soluções implantadas – contemplação humanizada, autonomia de escolha das famílias e mobilização de voluntários e parceiros – geraram consequências diretas para a vida das comunidades atingidas e desdobramentos relevantes para os atores organizacionais envolvidos.

Do ponto de vista social, a principal consequência foi a restauração da dignidade e da autonomia das famílias. A retomada da moradia, do trabalho e da educação não apenas supriu necessidades emergenciais, mas também impulsionou um processo de resiliência comunitária. Esse resultado reforça a importância de modelos de inovação social que vão além do assistencialismo e priorizam soluções que promovem desenvolvimento humano e inclusão produtiva.

No campo econômico, os efeitos foram observados na recuperação de pequenos empreendimentos e atividades autônomas que constituem parte significativa da economia local. Ao apoiar a reativação de barbeiros, confeitarias, pequenos comércios e prestadores de serviços, a Ação RenaScer contribuiu para reativar cadeias produtivas locais e gerar circulação de renda, produzindo impactos indiretos que extrapolam os núcleos familiares atendidos.

Em termos institucionais, a iniciativa evidenciou a eficácia de um modelo de governança colaborativa, transparente e auditada, que pode ser replicado em futuras situações de crise. O envolvimento de empresas, voluntários, mantenedores e parceiros mostrou que soluções complexas exigem articulação intersetorial, validando teorias sobre a relevância da inovação

social como motor de transformação sustentável (Mulgan, 2006; Wijk, van Dolen, & Kolk, 2019).

Para as empresas idealizadoras, os benefícios foram múltiplos. Além do fortalecimento da imagem institucional e da reputação como agentes de transformação social, a experiência proporcionou:

- a) Integração entre valores corporativos e práticas concretas, reforçando a cultura organizacional baseada em solidariedade e inovação;
- b) Engajamento de colaboradores, que atuaram voluntariamente em processos de triagem, comunicação e contemplação, vivenciando na prática o propósito social da organização;
- c) Legitimidade perante stakeholders externos, ampliando a confiança de clientes, parceiros e da sociedade na capacidade das empresas de assumir papel protagonista em desafios sociais;
- d) Aprendizado organizacional, com desenvolvimento de competências em gestão de projetos sociais, compliance, prestação de contas e atuação comunitária.

Esses benefícios confirmam a ideia de que iniciativas de impacto socioambiental geram valor compartilhado (Oliveira & Jucá, 2025), no qual empresas ampliam seu capital simbólico e social ao mesmo tempo em que produzem transformações positivas no território onde atuam. Além disso, a literatura mostra que a legitimidade conquistada por meio da responsabilidade social corporativa fortalece o papel das organizações em momentos de crise (Romão et al., 2023), ao mesmo tempo em que a integração entre governança e inovação social possibilita ganhos em desempenho organizacional e confiança social (Moura et al., 2025; Hakimah et al., 2019).

Por fim, a Ação RenaScer deixa como legado um modelo replicável de intervenção social, baseado em três pilares:

- (i) gestão ágil e transparente de recursos privados;
- (ii) protagonismo das famílias e comunidades beneficiadas;
- (iii) integração de empresas como agentes de inovação social. Os desdobramentos futuros incluem a inspiração para políticas públicas mais ágeis em contextos de desastre, bem como a criação de novas redes de cooperação entre setor privado e sociedade civil.

Assim, conclui-se que a Ação RenaScer não foi apenas uma resposta emergencial, mas uma experiência transformadora que consolidou um exemplo de inovação social aplicada, beneficiando diretamente centenas de famílias e indiretamente a reputação, a legitimidade e a cultura das empresas envolvidas.

## Referências

- Austin, J., Stevenson, H., & Wei-Skillern, J. (2012). Social and commercial entrepreneurship: Same, different, or both? *Revista de Administração*, 47(3), 370–384. <https://doi.org/10.5700/rausp1055>
- Barros, F., Formicki, G. R., & Czarnotta, R. (2024). A importância do território na caracterização dos negócios de impacto socioambiental em periferias. *Gestão & Regionalidade*, 40(Esp.), 0–0. <https://www.researchgate.net/publication/363762881>
- Bozzolan, S., Fabrizi, M., Mallin, C. A., & Michelon, G. (2015). Corporate social responsibility and earnings quality: International evidence. *The International Journal of Accounting*, 50(4), 361–396. <https://doi.org/10.1016/j.intacc.2015.10.003>

- Ferraro, F., Etzion, D., & Gehman, J. (2015). Fostering sustainable enterprise: A sensemaking perspective on social innovation. *Organization Studies*, 36(6), 1019-1042. <https://doi.org/10.1177/0170840614561111>
- Hakimah, Y., Pratama, I., Fitri, H., Ganatri, M., & Sulbahri, R. A. (2019). Impact of intrinsic corporate governance on financial performance of Indonesian SMEs. *International Journal of Innovation, Creativity and Change*, 7(1), 32–51. <https://www.researchgate.net/publication/337562298>
- Lima, A. C. C., Bizarria, F. P. A., Barbosa, F. L. S., Nascimento, M. E. P., & Linhares, F. J. M. (2023). Políticas de gestão de pessoas (GP) e responsabilidade social corporativa (RSC): Relação propositiva por meio da revisão integrativa. *Revista de Gestão e Secretariado*, 14(2), 1617–1642. <https://doi.org/10.7769/gesec.v14i2.1641>
- Madureira, N. G. de B., & Candiani, G. (2025). Enchentes em Porto Alegre: Análise dos planejamentos públicos de prevenção e resposta. *Revista Multidisciplinar do Nordeste Mineiro*, 8(1), 1–23. <https://doi.org/10.61164/rmm.v8i1.3897>
- Monitchele, M. (2024, maio 8). De 1941 a 2024: Por que as enchentes são desafio constante no RS. *Veja*. <https://veja.abril.com.br/ciencia/de-1941-a-2024-porque-as-enchentes-sao-desafio-constante-no-rs>
- Moura, G. F. L., Maciel, S. L. M., Ramos, R. S., & Santos, J. F. D. (2025). Governance that transforms: Governance strategies for micro, small, and medium enterprises in Pernambuco. *Journal of Sustainable Competitive Intelligence*, 15(Continuous Publication), 0–0. <https://doi.org/10.24883/eagleSustainable.v15i.488>
- Mulgan, G. (2006). Social innovation: What it is, why it matters and how it can be accelerated. *Skoll Centre for Social Entrepreneurship*. <https://doi.org/10.2139/ssrn.1143100>
- Oliveira, C. H. F., & Jucá, M. N. (2025). Impactos da inovação e da diversidade no valor das empresas: Uma análise bibliométrica e revisão sistemática da literatura. *International Journal of Innovation*, 13(1), 0–0. [10.5585/2025.26422](https://doi.org/10.5585/2025.26422)
- Oliveira, E., & Godói-De-Sousa, E. (2015). O Terceiro Setor no Brasil: avanços, retrocessos e desafios para as organizações sociais. *RIS – Revista Interdisciplinar de Gestão Social*, 4(3), 181- 199. <https://periodicos.ufba.br/index.php/rigs/article/view/10976>
- Romão, B. J. P., Siqueira, D. D., Camara, R. P. B., & Paiva, S. B. (2023). Responsabilidade social corporativa e os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável à luz da teoria da legitimidade. *Contexto – Revista do Programa de Pós-Graduação em Controladoria e Contabilidade da UFRGS*, 23(54), 97–114. <https://seer.ufrgs.br/index.php/Contexto/article/view/130081>
- Santosa, L. S., Lebiodab, L., & Serafim, M. C. (2021). Como deliberar quando tudo é caos? Dilemas morais e decisões éticas na gestão pública de um desastre. *Revista de Contabilidade e Organizações*, 15(1), 1–12. [10.11606/issn.1982-6486.rco.2021.169229](https://doi.org/10.11606/issn.1982-6486.rco.2021.169229)
- Voitenko, E., Zazymko, O., Myronets, S., & Hutsol, K. (2024). Social support as a mediator in the relationship between the leadership style and professional well-being. *Revista Gestão & Tecnologia*, 24(4), 0–0. <https://doi.org/10.20397/2177-6652/2024.v24i4.2892>

- Wijk, J., van Dolen, W., & Kolk, A. (2019). Social innovation: An institutional perspective. *Journal of Business Research*, 98, 75-85. <https://doi.org/10.1016/j.jbusres.2018.01.046>
- Zhang, X., van Donk, D. P., Xiao, C., & Pullman, M. (2024). Heterogeneity of value creation processes: a taxonomy of social enterprise business models. *Journal of Social Entrepreneurship*, 1–32. <https://doi.org/10.1080/19420676.2024.2372602>